

BRVIAS HOLDING VRD S.A.

1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 1ª Emissão de Debêntures da BRVIAS HOLDING VRD S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora e na sede da Pentágono.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: BR VIAS HOLDING VRD S.A.
- CNPJ/MF: 12.321.274/0001-61
- Atividades: a participação societária na ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A (“Via Rondon”) que, por sua vez, tem por objetivo exclusivo realizar, sob regime de concessão, mediante cobrança de pedágio, a exploração do Corredor Rodoviário Marechal Rondon Oeste constituído pelas rodovias SP-300 e acessos, conforme Edital nº 006/2008 divulgado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP e correspondente Contrato de Concessão, celebrado entre o Estado de São Paulo e a ViaRondon em 06/05/2009.

Características da Emissão

- Emissão: 1ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 15/06/2011
- Data de Vencimento: 15/07/2020
- Banco Escriturador/ Mandatário: N/A
- Código Cetip/ISIN: N/A
- Coordenador Líder: N/A
- Destinação dos Recursos: Os recursos obtidos pela Emissora com a Oferta serão utilizados exclusivamente para aportes de capital na Via Rondon, para pagar os custos de desenvolvimento, construção, operação e manutenção do projeto.
- Tipo de Emissão: Emissão Privada de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, nominativas, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/ 83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora. Ademais, informa o(s) inadimplemento(s), conforme mencionado(s) no item 9 abaixo.

2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE, realizada em 13/05/2016, foi aprovada a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em virtude de deliberação de aumento de seu capital social.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- ➔ Atividade Principal: 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: privado;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- **Situação Financeira**

- ➔ Liquidez Geral: de 0,09 em 2015 para 0,05 em 2016;
- ➔ Liquidez Corrente: de 0,12 em 2015 para 0,05 em 2016;
- ➔ Liquidez Seca: de 0,12 em 2015 para 0,05 em 2016;
- ➔ Giro do Ativo: de 0,28 em 2015 para 0,23 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou uma redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 15,2% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também teve redução de 11,8% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao

Patrimônio Líquido apresentou redução de 7,8% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante uma redução de 84,7% de 2015 para 2016, e uma variação negativa no índice de endividamento de 1,2% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 1.000,00
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: IGP-M
- REMUNERAÇÃO: IGP-M + 12,00% a.a.
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Amortização:

15/07/2016 - R\$ 77,488997

Juros:

15/07/2016 - R\$ 176,007338

- POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 60.000

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 60.000

5. **Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora:** (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: conforme item 4 acima;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;

- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
 - Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.
6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, verificamos o(s) seguinte(s) inadimplemento(s), conforme previsto nos documentos da operação:

- (i) Não cumprimento de obrigações não pecuniárias*.

Ressaltamos que, de acordo com a Escritura de Emissão, o não cumprimento de qualquer obrigação não pecuniária será declarado como hipótese de vencimento antecipado se não for sanado no prazo de cura de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação acerca do descumprimento.

*Para maiores informações acerca do inadimplemento acima mencionado, favor contatar por e-mail a equipe comunicados@pentagonotrustee.com.br, ou através dos seguintes telefones: Vânia Lattanzi: (21) 3385-4952/ Yasmin Martins: (21) 3385-4953/ Tiago Brito: (21) 3385-4951.

10. Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures: (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória.

As debêntures contam com as seguintes garantias: (i) penhor de ações preferências, conforme previsto na Escritura de Emissão; (ii) Cessão Fiduciária de dividendos, conforme consta na Escritura de Emissão; e (iii) Fiança, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permanece(m) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

11. Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

(i) Denominação da companhia ofertante: **VIARONDON CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.**

- Emissão: 1ª.
- Valor da emissão: R\$ 300.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 300;
- Espécie: com garantia real e com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: 04/06/2027
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores*: (i) Penhor de 144.500.446 ações ordinárias e de 144.499.550 ações preferenciais, ambas de emissão da VIARONDON Concessionária de Rodovia S.A., representativas de 99,99% do seu capital social votante e total, detidas pela BRVias Holding VRD S.A.; (ii) Cessão fiduciária de Direitos Creditórios e Outros Ativos de titularidade da VIARONDON Concessionária de Rodovia S.A.; e (iii) Fiança prestada pela Spline do Brasil – Telecomunicações e Eletrônica S.A., Comporte Participações S.A., BRVias Holding VRD S.A., Calas Participações S.A. e Breda Transportes e Serviços S.A., observando-se, entretanto, a subordinação da fiança desta última, conforme previsto na Escritura de Emissão;
*Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:
 - (i) Pagamentos:
Juros:
16/09/2016 – R\$ 137.345,178596
 - (ii) Inadimplemento: A Emissora não cumpriu com obrigações não pecuniárias, conforme previsto nos documentos da operação.

12. Parecer:

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora.

13. Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente

fiduciário: (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea "b" da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	653	139	3.947	13.362
Aplicações financeiras	11	-	-	26.556	47.023
Contas a receber	12	-	-	10.559	10.602
Despesas pagas antecipadamente		-	-	430	345
Adiantamento a fornecedores		-	-	255	1.476
Outros créditos		38	35	3.898	5.108
Total do ativo circulante		691	174	45.645	77.916
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais		-	-	1.532	640
Investimentos	14	242.102	212.543	-	-
Imobilizado	15	-	-	7.035	6.126
Intangível	16	-	-	954.175	927.156
Total do ativo não circulante		242.102	212.543	962.742	933.922
Total do ativo		242.793	212.717	1.008.387	1.011.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	42.816	31.822	266.704	96.625
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	6.200	-	6.200	-
Debêntures	18	88.340	86.508	506.916	489.136
Fornecedores	19	-	-	35.656	31.815
Fornecedores – risco sacado	19.1	-	-	6.865	-
Obrigações tributárias		-	-	2.468	2.319
Obrigações sociais		-	-	4.537	3.889
Outras contas a pagar		749	623	38	190
Dividendos a pagar	13	66	66	66	66
Provisão para manutenção	20	-	-	32.293	18.661
Total do passivo circulante		138.171	119.019	861.743	642.701
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	-	231.173
Provisão para manutenção	20	-	-	20.495	21.396
Imposto de renda e contribuição social diferido	21	-	-	20.230	21.549
Provisão para contingências	22	-	-	1.297	1.321
Total do passivo não circulante		-	-	42.022	275.439
Patrimônio líquido					
	23				
Capital social		237.470	137.469	237.470	137.469
Reserva de capital		25.461	25.461	25.461	25.461
Prejuízos acumulados		(158.309)	(69.232)	(158.309)	(69.232)
Total do patrimônio líquido		104.622	93.698	104.622	93.698
Total do passivo		138.171	119.019	903.765	918.140
Total do passivo e patrimônio líquido		242.793	212.717	1.008.387	1.011.838

Anexo 2

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado		
	2016	2015	2016	2015	
Receita operacional líquida	24	-	-	227.874	278.290
Custo dos serviços prestados	25	-	-	(136.175)	(98.663)
Custo de construção	25	-	-	(56.259)	(104.849)
Lucro bruto		-	-	35.440	74.778
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	25	(399)	(139)	(7.664)	(9.571)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(399)	(139)	27.776	65.207
Receita financeira	26	901	34	4.938	6.505
Despesa financeira	26	(22.734)	(21.523)	(123.109)	(127.007)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(21.833)	(21.489)	(118.171)	(120.502)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial		(66.844)	(36.890)	-	-
Resultado antes dos impostos		(89.076)	(58.518)	(90.395)	(55.295)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	1.319	(3.223)
Prejuízo do exercício		<u>(89.076)</u>	<u>(58.518)</u>	<u>(89.076)</u>	<u>(58.518)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
BRVias Holding VRD S.A.
São Paulo - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BRVias Holding VRD S.A. e sua controlada, ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da BRVias Holding VRD S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 89.076 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e nessa data o capital circulante da Companhia e sua controlada excedeu o ativo circulante em R\$ 137.480 mil na controladora e R\$ 816.098 no consolidado, ensejado pelo descumprimento de cláusulas contratuais (“*covenants*”) em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, bem como divulga as ações que estão sendo implementadas pela Companhia e sua controlada para a reversão desse cenário. A continuidade operacional da Companhia e sua controlada depende da capacidade da Administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração. Conforme apresentado na referida nota, esses eventos ou condições, associados ao fato da Administração da Companhia e sua controlada estar negociando com as instituições financeiras e com os debenturistas o alongamento das dívidas vincendas e as alterações das cláusulas de *covenants* financeiros, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 34 às demonstrações financeiras, que divulgam que em 01 de julho de 2016, foi cumprido na sede da controlada o Mandado de Busca e Apreensão, expedido pelo Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de obter evidências para investigação de diversos financiamentos concedidos pelo FI-FGTS. A controlada contratou especialistas externos para conduzir investigação interna independente, sobre o tema supracitado, cujo resultado não identificou riscos legais atribuíveis à controlada com relação aos fatos da investigação. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, consolidadas e individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Carlos, SP, 10 de abril de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7